

Maria João Marçalo
Universidade de Évora

Maria do Céu Fonseca
Universidade de Évora

PAÍSES E REGIÕES LUSÓFONAS: ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA DE UMA GRAMÁTICA PRÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Resumo: Apresentam-se neste trabalho algumas considerações sobre o ensino gramatical do português a falantes de países africanos de língua oficial portuguesa. Além de treinar padrões estruturais da língua em favor da qualidade do uso, cabe também a este ensino gramatical a reflexão acrescida sobre os traços específicos que caracterizam as respectivas variedades nacionais. A ideia de uma gramática destinada a tais falantes assenta na convicção de que só dispondo de materiais didáticos adaptados ao público-alvo se poderá vencer o desafio da almejada expansão da língua portuguesa, sem esquecer, numa lógica de complementaridade, o papel que as línguas nacionais dos países africanos desempenham no processo de escolarização.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Lusofonia; Gramática; Sintaxe; Política Linguística.

Title: Portuguese speaking areas and countries: some aspects of an on-going research project: a grammar of Portuguese

Summary: We present in this paper some thoughts about the teaching of Portuguese and its grammar to native speakers of African countries where Portuguese is considered as an official language. Besides working on the improvement of the structural patterns of Portuguese, this teaching has to deal with the specificities of each and all different variations of those countries. This project considers that such a grammar for this target public has to work in close relation with the national languages of the different African countries.

Keywords: Portuguese language; lusophone areas; grammar; syntax; linguistic policies.

1. A propósito da iminente entrada em vigor do acordo ortográfico da língua portuguesa em três dos oito países lusófonos – Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe –, o escritor Vasco Graça Moura referia-se nestes termos à unidade da língua escrita que assim se pretende assegurar: “A identidade absoluta da língua [é que] é impossível. Sempre o foi e será. Até de falante para falante, quanto mais de país para país” (*Diário de Notícias*, 27.11.07). Aplicadas a contexto de regulamentação ortográfica, as palavras de Graça Moura valem, porém, da mesma forma para todos os outros domínios do comportamento linguístico de falantes de diferentes variedades do português. *Mutatis mutandis*, o mesmo se diria, e talvez com maior propriedade¹, para qualquer uma das restantes matérias que, a par da ortografia, são apresentadas, desde Fernão de Oliveira, como as partes clássicas da gramática de uma língua, nomeadamente a fonética (ao lado da ortografia), a morfologia e a sintaxe ou a tradicional construção. Também aqui falta ‘identidade absoluta’; e não existem escolhas uniformes, mas diversidade sincrónica entre falantes do mesmo espaço geográfico e entre países de língua portuguesa, mesmo que, em cada um dos casos, as opções fonéticas, morfológicas, sintáticas ou ainda lexicais possam pesar diferentemente no cômputo das variantes. Segundo Ivo Castro, “a língua no espaço lusófono não é homogénea, nunca o foi e é natural que cada vez o seja menos” (1998: 68), face ao que conclui adiante “Devíamos ter programas de ensino de português em África adequados às condições locais” (*Id., ib.:* 77).

A este respeito, são significativas as seguintes pergunta e resposta de uma entrevista feita por Isaquiel Cori a Ondjaki (pseudónimo de Ndalú Almeida), jovem escritor angolano, que aqui se reproduzem²:

P – “Uma questão que tem atravessado ultimamente a literatura angolana é a da utilização literária do português. Uns defendem que se deve escrever num português correcto outros advogam que já existe “um português angolano ou angolanizado” que deverá servir de base aos textos literários. O que pensa sobre isso?”

¹ Segundo João Andrade Peres e Telmo Mória, a diferenciação ortográfica entre os dois lados do Atlântico, “sendo muito importante em vários domínios práticos – como a edição de textos, a comunicação computadorizada ou a intervenção em organismos internacionais –, é seguramente, de todos os modos de variação, o que menos pesa na diferenciação entre as variantes” (1995: 36).

² Entrevista disponível em http://www.uea-angola.org/destaque_entrevistas1.cfm?ID=282 [consultado em 02.11.2007].

R – “Penso que um «português angolano» não é necessariamente incorrecto, portanto, é uma questão de escolha da estética e da tendência literária de cada um. Também penso que se pode escrever num português carregado de características culturais específicas e que não colida com as regras básicas do chamado «português clássico». Não se pode fugir à regra sem conhecer a regra, isto é uma verdade desde Guimarães Rosa, Luandino, Mia Couto... Mas é uma verdade sobre a estética também, qualquer estética, incluindo a linguística. É preciso conhecer para quebrar com qualidade. Agora, é preciso ter em atenção quem vai estudar este tipo de textos e a que grau de ensino mais se adequa. Possivelmente, um texto com demasiadas «excepções linguísticas» não é muito apropriado para uma camada estudantil muito jovem, ainda com um caminho longo pela frente no tocante ao estudo e interpretação dos estilos dentro da própria língua portuguesa”.

Por referência a “português correcto”, que não é senão a abstracção de um registo de língua oficial comum, expressões aqui usadas como “português angolano”, ou o reconhecimento da diferença linguística transindividual, e “estilos”, esta equivalente a ‘registos linguísticos’³, traduzem a realidade da diversificação que caracteriza a língua, sem “quebrar” a estabilidade do seu sistema estrutural. A este sistema associa-lhe Ondjaki a noção de “regra” (contraponto das “excepções linguísticas”), que deve ser entendida, não no sentido de restrições normativas, mas no de padrões estruturais convencionalmente aceites e veiculados pelas normas-padrão que todas as variedades nacionais possuem. Cabe ao ensino gramatical treinar estes padrões estruturais da língua em favor da qualidade do uso, independentemente de serem veiculados por fontes literárias, o que, aliás, nem sempre acontece; e se tal ensino visar prioritariamente um público-alvo que não usa o português como língua materna, tal o registado em grande parte dos países africanos de língua oficial portuguesa (para além de Timor-Leste)⁴, cabe-lhe também a reflexão acrescida sobre os traços específicos que caracterizam as respectivas variedades nacionais. A ideia de uma gramática destinada a tais falantes assenta na convicção de que só dispondo de materiais didácticos adaptados ao público-

³ Sobre o conceito de “registo linguístico”, vd. Jorge Morais Barbosa, 2000.

⁴ No que respeita a Moçambique, reproduzam-se as seguintes palavras de Mia Couto em entrevista concedida à revista *Ler, Livros & Leitores*: “Eu trabalho só com a língua portuguesa. Mas em Moçambique, de facto, nem todos falam português como se pensa. Há três por cento de moçambicanos que nem falam o português, só falam a sua língua materna. E dos outros, aí uns quarenta por cento falam o português como segunda língua. Por isso, quando se fala na lusofonia e se diz que somos seiscentos milhões no mundo e que somos todos iguais, dito desta maneira não se percebe que há culturas em Moçambique que não têm nenhuma relação com a língua portuguesa” (2002: 56).

alvo se poderá vencer o desafio da almejada expansão da língua portuguesa, sem esquecer, numa lógica de complementaridade, o papel que as línguas nacionais dos países africanos desempenham no processo de escolarização.

2. Os diversos governos de Portugal têm sistematicamente incorporado nos seus programas de política externa medidas de promoção da língua no âmbito da lusofonia em geral, sendo a produção de materiais didácticos apresentada como meio especialmente vocacionado para o efeito. Não discutindo de momento se realmente cultural ou apenas político-diplomático é o teor de tais medidas, esta diplomacia da língua reflecte-se na actividade legislativa, através de diplomas que regulam matérias das áreas da língua, ensino e cultura, envolvendo organismos governamentais (caso do Instituto Camões) e instituições da sociedade civil (universidades, fundações, academias, associações). Neste âmbito, são de destacar os diplomas “A cooperação portuguesa no limiar do século XXI”⁵ e “Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”⁶, que actualiza o primeiro, onde se definem as seguintes estratégias de preservação da língua e estímulo ao seu uso no seio da comunidade de falantes do português:

Princípios orientadores	<p>Apoio à lusofonia</p> <p>A língua portuguesa constitui-se hoje como um património de quatro continentes, sendo um instrumento de primeira importância para a cooperação e para o desenvolvimento. No plano externo, é ao mesmo tempo uma plataforma de comunicação imprescindível para a participação plena na vida internacional dos nossos tempos e constitui um importante contributo para o reforço da afirmação dos países lusófonos no contexto regional em que se inserem.</p> <p>No plano interno, trata-se, para todos os países lusófonos, de um elemento fundamental da sua identidade, valor cada vez mais importante num contexto de intenso intercâmbio de fluxos económicos e culturais, como é o do contexto actual. Este património linguístico constitui, para os países lusófonos, o ponto de partida para o cumprimento, desde logo, do ODM [objectivos de desenvolvimento do milénio] que aponta para a universalização</p>
-------------------------	---

⁵ Resolução n.º 43/99, *Diário da República* n.º 115/99 de 18 de Maio.

⁶ Resolução n.º 196/05, *Diário da República* n.º 244/05 de 22 de Dezembro.

<p>Opções da política de cooperação (prioridades sectoriais)</p>	<p>da escolaridade primária. Com efeito, o apoio ao ensino da língua portuguesa representa o fornecimento de um instrumento que permitirá à criança escolarizada desenvolver todas as suas potencialidades, posto que, para além de outras línguas com as quais convive, a língua portuguesa representa um importante meio para o desenvolvimento económico, social e cultural (“Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa”, ponto 3.3.).</p> <p>Formação, educação, cultura e património</p> <p>É nestas áreas que o factor língua comum e afinidade histórica com os países alvo mais se fazem sentir. Portugal partilha com os PALOP e o Brasil um meio de comunicação privilegiado, o português, o que, na condução de programas educativos e formativos, é garantia de maior sucesso, como tem sido internacionalmente reconhecido. Se aliarmos a isto o facto de a educação (em particular a educação básica e a alfabetização) estar na primeira linha de prioridades para a criação de condições de acesso ao desenvolvimento social e económico e de a formação, em particular a formação profissional, ser indispensável à criação de um ambiente favorável ao crescimento do sector privado, não se estranhará que a cooperação portuguesa tenha elegido este sector como prioritário, nele se incluindo, não só a criação de infra-estruturas, como a formação de professores e formadores e o desenvolvimento de tecnologias e materiais educativos, adaptados às situações concretas em que se desenvolvem os programas locais de educação e formação (“A cooperação portuguesa no limiar do século XXI”, ponto 5.2.).</p>
--	---

3. No espaço do mundo lusófono onde nos inserimos, a ‘gramática da língua portuguesa’ é uma abstracção que representa todos os seguintes conhecimentos ou ‘gramáticas individuais’ concorrentes⁷:

⁷ Privilegia-se aqui a diversidade no plano da sintaxe, ou não fosse esse o tradicional domínio da irregularidade. Por outro lado, “aí é que estamos a falar realmente dos alicerces de um sistema linguístico” (Castro 1998: 76).

- i. O uso sistemático do pronome clítico *lhe* em função de acusativo (português de Moçambique):
 “Romão Pinto lhe perseguia, suas mãos não paravam de lhe procurar” ou “Eu lhe ouço mesmo dormindo” (Mia Couto, *Terra sonâmbula*: 81, 99), em vez de *Romão Pinto perseguia-a, suas mãos não paravam de a procurar* e *Eu ouço-a mesmo dormindo*.
- ii. A neutralização de caso dos pronomes pessoais (português do Brasil):
 “Caetano, você é lindo. Tem uma cara de anjinho que dá vontade da gente colocar você na parede do quarto da gente” (Revista *Capricho*, Seção de Cartas, Abril de 1968), em vez de ... *que dá vontade de a gente o colocar na parede do quarto*.
- iii. A colocação em próclise dos pronomes clíticos, também no português do Brasil: *Eu o vi*, que coexiste, porém, com os usos *Eu vi-o* e o mais generalizado, porventura na língua falada ou menos cuidada, *Eu vi ele*.
- iv. O uso de construções do tipo de *Lê-se livros*, atestadas nos nossos dias e em fases pretéritas da língua, a par das que a generalidade do discurso metagramatical prescreve em matéria de concordância sintáctica: *Lêem-se livros; Vendem-se alguns andares; Enterram-se os mortos* (Barbosa 1999a: 19-26).
- v. A variação dialectal na expressão do chamado aspecto progressivo: as construções infinitiva e gerundiva, esta comum a brasileiros e portugueses de regiões meridionais do país: *Ela está a dormir* ou *Ela está dormindo*.
- vi. A generalização de estratégias de relativização alternativas à estrutura canónica da subordinação relativa:
 - Supressão da preposição do constituinte relativo
 “Aquele guerra não se parecia com nenhuma outra que tinham ouvido falar” (Mia Couto, *Terra sonâmbula*: 33), em vez de *Aquele guerra não se parecia com nenhuma outra de que tinham ouvido falar*.

- Estratégia “resumptiva”, assim chamado o processo de expressão redundante e descontínua da função sintáctica do constituinte relativo

“Foi um amigo que conheci-o logo que cheguei” ou “Tem um livro em preparação que espera vê-lo publicado” (Gonçalves 1996: 322), em vez de *Foi um amigo que conheci logo que cheguei* e *Tem um livro em preparação que espera ver publicado*.

- vii. O fenómeno do dequeísmo ou a ocorrência desnecessária da preposição *de* (e *para* no caso da sintaxe do português de Moçambique) a anteceder estruturas completivas (nas variantes europeia, brasileira e africanas):

“Pensei comigo de que estava perto de ser descoberto” (Uanhenga Xitu, *Manana*: 87), em vez de *Pensei comigo que estava perto de ser descoberto*.

“Exigiu para que ela lesse a carta” (Gonçalves 1996: 318), em vez de *Exigiu que ela lesse a carta*.

“O Secretariado Europa 1992 (...) faz constar, através do presente aviso, de que pretende contratar (...) três funcionárias” (Jornal *Público*, 28.12.90, *ap.* Peres e Mória 1995: 138), em vez de *O Secretariado Europa 1992 (...) faz constar, através do presente aviso, que pretende contratar (...) três funcionárias*.

- viii. O fenómeno inverso – queísmo, em sentido genérico – ou supressão da preposição que legitimamente introduz a estrutura completiva (nas variantes europeia, brasileira e africanas):

“E o convenci que me tratasse por «ajudante»” (Uanhenga Xitu, *Manana*: 33), em vez de *E o convenci a que me tratasse por ‘ajudante’*.

“... o senhor secretário de Estado ainda nos convence que pagar impostos faz bem à saúde” (Jornal *Sábado*, 17.12.88, *ap.* Peres e Mória 1995: 114), em vez de *... o senhor secretário de Estado ainda nos convence de que pagar impostos faz bem à saúde*.

4. Face a esta amostra de divergências sintácticas, pode sempre falar-se de

gramáticas individuais, como acima se referiu, ou “gramáticas diferenciadas”, como fazem Dante Lucchesi e Tânia Lobo:

“(…) no âmbito mais geral do que se define como língua portuguesa, entendida como um objeto socio-histórico, pode-se falar de gramáticas diferenciadas, com base nas diferenças sintáticas que se observam no conhecimento de falantes congregados em uma mesma entidade de natureza política e cultural” (1996: 304).

Na perspectiva de uma gramática escolar necessariamente marcada por um discurso normativo e correctivo, não é líquida, porém, a concepção de ‘gramática diferenciada’, porque nem sempre é clara a fronteira entre o desvio linguístico e a alternativa sintáctica dentro das variedades padrão, isto é, a diferença entre o que constitui o ‘erro, ou anomalia, ou irregularidade, que é ruptura com o subsistema linguístico’ (Peres e Mória 1995: 40-41) e a opção linguística que é resultado da pluralidade de normas em termos linguísticos. Segundo Jorge Morais Barbosa:

“(…) por um lado, se a norma se definir em termos estatísticos – e não parece haver outro critério aceitável –, torna-se evidente a multiplicidade de normas linguísticas; por outro lado, se por ‘português culto’ se entender o que é praticado pelas pessoas ditas cultas – e falta conhecer o seu universo –, rapidamente nos daremos conta, pela observação objectiva, de que ele está longe de ser homogéneo, isto é, que também ele apresenta diversas normas; basta notar, para não ir mais longe na exemplificação, que raramente alguém fala como escreve ou escreve como fala” (1999b: 16).

O grande problema, dir-se-á ainda com Jorge Morais Barbosa, “resulta do facto de, para o português, não se encontrarem descritas as várias normas” (*Id., ib.*), pelo menos no que toca a gramáticas pedagógicas adaptadas a níveis mais básicos do ensino da língua. O problema aumenta se tais manuais visarem a comunidade de países africanos (também Timor-Leste) que não possuem ainda uma variante nacional do tipo da já conhecida para o português do Brasil. Aceitar as variedades linguísticas do português e a pluralidade de normas tem os custos inerentes a uma dispendiosa descrição gramatical. Os casos acima apresentados de i. a viii. são padrões em uso facilmente observáveis na fala, se não na língua escrita, de variedades africanas e da

variante brasileira, pelo que é defensável a sua inserção numa gramática descritiva e explicativa da estrutura da língua, do seu funcionamento e dos mecanismos que integram a competência linguística e comunicativa dos respectivos falantes.

Para estes falantes (e talvez mesmo para todos), não bastará prescrever que o pronome de uma oração relativa pode vir antecedido de preposição na formação canónica das estruturas relativas que se observa em “Supliquei para suspender a agressão de que o moço estava sendo vítima” (Uanhenga Xitu, *Manana*: 37), quando o modelo de abalizadas vozes africanas veicula usos como “Aquele guerra não se parecia com nenhuma outra que tinham ouvido falar” (cf. *supra*, ponto vi.). Da mesma forma e para continuar com exemplificação no campo da sintaxe, se se disser que há verbos, nomes e adjectivos que seleccionam completivas antecidas por preposição, terão de ser previstas ocorrências de autores contrárias a esta regra (cf. “E o convenci que me tratasse por ‘ajudante’”, *supra* ponto viii.); inversamente, terão também de ser previstos os cada vez mais frequentes, embora recentes, usos não legitimados da preposição *de* depois de certos verbos, que vêm registados em escritores contemporâneos: “Depois de me fazer jurar de que era solteiro, deu-me o SIM” (Uanhenga Xitu, *Manana*: 65, cf. *supra* ponto vii.).

Referências bibliográficas

- BARBOSA, JORGE MORAIS (1999a) “Lêem-se livros? Lê-se livros?”. **Em:** Jorge Morais Barbosa *et al.* (coord.) *Gramática e ensino das línguas*. Coimbra, Almedina: 19-32.
- (1999b) “Modelos de descrição linguística”. *Revista Portuguesa de Educação* (Braga). 3 (3): 11-18.
- (2000) “Norma, desvio e padrão em linguística”. *II Colóquio sobre Gramática*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (no prelo).
- CASTRO, IVO (1998) “Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão. Mesa redonda”. *Discursos – Estudos de língua e cultura portuguesa* (Universidade Aberta, Lisboa). 15: 68-77.
- COUTO, MIA (2002) “Entrevista”. *Ler, Livros & Leitores* (Círculo de Leitores, Lisboa). 55: 50-65
- GONÇALVES, Perpétua (1996) “Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique”. **Em:** Isabel Hub Faria *et al.* (coord.) *Introdução à linguística geral e portuguesa*.

Lisboa, Caminho: 313-322.

LUCCHESI, Dante e LOBO, Tânia (1996) “Aspectos da sintaxe do Português Brasileiro”.

Em: Isabel Hub Faria *et al.* (coord.) *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa, Caminho: 303-311.

PERES, João ANDRADE e MÓIA, Telmo (1995) *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho.